

OPINIÃO

CRÔNICAS E ARTIGOS

Programa Jovem Aprendiz na mudança social



Elisabeth Pelay
*dir-adj ISBET e
espec. políticas
pub educ e renda
para jovens*

Um estudo apresentado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que os jovens representavam mais de 35% da população sem ocupação no mundo em 2017. No Brasil, o desemprego entre os jovens atingiu a maior taxa dos últimos 27 anos, em que 30% das pessoas está na faixa etária entre 15 a 24 anos. Os dados são do levantamento Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017.

O percentual de desemprego entre os jovens brasileiros é mais que o dobro da média mundial, de 13,1%. Com os impactos da crise econômica decorrente da pandemia da covid-19, a taxa de desocupação dos jovens passou de 30% para 38,8%, e foi a faixa etária mais fortemente afetada.

Mesmo sendo um componente importante, o desemprego não é o maior, nem o único problema que atinge esse grupo. A redução de salário, a precarização do trabalho pela informalidade também é tão grande quanto ele.

Como medida para minimizar essa realidade, a sociedade civil por meio de instituições privadas desenvolve junto as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs) o Programa Jovem Aprendiz, que tem por objetivo a inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, baseado na Lei 10.097/2000 regulamentada pelo Decreto 9.579/18 e suas portarias.

A contratação de um jovem aprendiz pode ser considerada como um investimento para empresa, uma vez que permite capacitar colaboradores de acordo com suas principais necessidades e seguindo sua cultura interna. É possível desenvolver programas customizados e



ARTE PAULO MÁRCIO

“O ISBET atua há quase 50 anos proporcionando a inserção do jovem no mercado de trabalho”

relacionados ao modelo de negócio do contratante, capaz de atender demandas específicas.

Como o Programa Jovem Aprendiz preconiza a contratação de jovens em situação de vulnerabilidade social, a empresa possibilita a entrada deste segmento no mercado de trabalho de maneira formal e protegida, o que muitas vezes não seria uma opção para ele. E assim, ainda demonstra a importância da responsabilidade social da empresa.

Para o jovem, o programa proporciona a sua manutenção no ensino regular, a sua capacitação profissional e mais que isso, sua formação como cidadão inserido na sociedade. A autoestima se elevava, o apren-

dizado acontece e o potencial profissional se amplia.

Para a sociedade, a oportunidade de inserção de jovens no mercado formal de trabalho significa, diminuição de pessoas em risco social ou sujeitas à marginalização, contribuindo para a diminuição de índices de criminalidade, também para a redução da exploração do trabalho infantil, aumento de renda familiar e quebra do ciclo da pobreza.

O ISBET atua há quase 50 anos proporcionando a inserção do jovem no mercado de trabalho, e acredita que o Programa de Aprendizagem é a maior e melhor política pública de Educação e Trabalho já criada até hoje.

Vulnerabilidade ambiental e racismo



Tainá de Paula
*vereadora eleita
(PT), arquiteta e
urbanista*

A cidade do Rio tem como um de seus principais traços a exuberância da natureza, com a Mata Atlântica que cobre um terço do território e rica biodiversidade. Nosso cotidiano está intrinsecamente ligado ao meio ambiente natural, mas o modelo de desenvolvimento que seguimos tem falhado, e nos vemos em grave crise ambiental que compromete nossa condição de vida e das gerações seguintes.

Ocupamos o 50º lugar no ranking nacional do saneamento básico entre as cem maiores cidades brasileiras. A falta de saneamento adequado, além de afetar diretamente a saúde e a qualidade de vida de milhares de pessoas, leva à poluição de rios e da Baía de Guanabara. As ações de reflorestamento não têm sido monitoradas, não dispomos de planos de manejo e nem mesmo conselhos gestores da maioria das nossas unidades de conservação. E temos ainda uma parcela enorme da população vivendo em áreas de alta vulnerabilidade ambiental, sujeitas a inundações e deslizamentos.

Dentre os desafios é necessário encarmarmos a urgência do debate sobre resíduos sólidos. Este ano, a Política Nacional de Resíduos Sólidos completa dez anos. Apresenta metas importantes para gestão ambiental, mas enfrenta barreiras para sua implementação. Reciclamos apenas 1,28% do lixo que produzimos nos país e nos tornamos o quarto maior produtor de lixo plástico do mundo. O Atlas do Plástico, recém publicado pela Fundação Heinrich Böll, traz essas e outras informações alarmantes e nos provoca a encontrar novos caminhos possíveis.

Diante do racismo ambiental e das desigualdades estruturais de nossa sociedade, o recorte de raça e gênero é essencial para compreendermos as questões. Mais de 7,8 milhões de pessoas vivem em casas chefiadas por mulheres negras no Brasil e 63% delas estão abaixo da linha da pobreza. São as moradias com mais graves restrições de acesso ao saneamento básico: 41,8% não têm acesso à coleta de lixo, água encanada e rede tubular de esgoto.

É necessário ações mais eficientes do poder público, com compromissos traçados junto ao setor privado e com a sociedade como um todo, para criarmos ambiente saudável e acolhedor. Nós, mulheres negras, estamos lançadas aos mais graves riscos impostos por essa crise ambiental e precisamos estar no centro desse novo projeto de cidade. As zonas de sacrifício urbano, áreas de inexistência do debate ambiental e urbano estão majoritariamente ocupadas por mulheres negras e não-brancas chefes de família, construindo-se aí a necessidade de assumirmos que o debate sobre racismo urbano, desigualdade sócio-territorial andam irreversivelmente relacionadas.

Falar no fim do racismo é enfrentar esses atravessamentos e realidades urbanas racializadas, admitindo-se aí que não há nada mais concreto no Brasil do que a territorialização do racismo e os impactos ambientais que promove.

Importância de saber quem são os vulneráveis



Célia Parnes
*secretária Desenv
Social do Estado
de São Paulo*

Em um país marcado por tantas desigualdades, como é o caso do Brasil - 9º nação mais desigual do mundo, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE -, é imprescindível que cada cidadão saiba o que significa vulnerabilidade social e quais são os brasileiros que vivem nesta situação.

Seguramente você já ouviu ou leu a respeito deste termo em sites de notícias, trabalhos acadêmicos e até mesmo no horário eleitoral. Ele está associado às políticas de Assistência e Desenvolvimento Social, seja nas esferas federal, estadual e municipal.

A Norma Operacional Básica da Política Nacional de Assistência Social, categoriza os vulneráveis em diversos grupos e situações. São eles: “inserção

precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.”

Esta normativa ainda acrescenta que “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas, uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos”, também são reconhecidas como formas de vulnerabilidade social.

Apesar de ser um conceito amplo, pode-se compreender que a vulnerabilidade social tem dois aspectos primordiais: o material e o vínculo social. O primeiro enfoque está associado à geração de renda, ao direito

“Pode-se compreender que a vulnerabilidade social tem dois aspectos primordiais: o material e o vínculo social”

à moradia, alimentação, educação, saneamento básico e ao acesso à internet. Outrossim, o vínculo social está diretamente ligado ao suporte socioassistencial nas questões de fragilidade nas relações familiares, afetivas e de pertencimento - família, amigos, grupos, comunidades, e a sociedade como um todo.

Além disso, ao traçar estratégias para combater a vulnerabilidade social, é preciso conhecer as especificidades dos territórios. São esses aspectos e informações que permitem aos gestores implementarem políticas públicas efetivas que contribuam para que as pessoas sejam resgatadas da situação de vulnerabilidade.

Compreender o perfil destas famílias e suas dificuldades é essencial para políticas públicas inovadoras, que possam ser implementadas com velocidade, sem burocracias desnecessárias e que promovam mobilidade social através de inclusão produtiva.

O DIA DISQUE REDAÇÃO: 2222-8069 E 98921-1888 ASSINATURA E ATENDIMENTO AO LEITOR: 2222-8600/2222-8650/2222-8651

EDITOR-CHEFE
Aloy Juplaira

EDITOR-EXECUTIVO
Bruno Ferreira

DEPARTAMENTOS:
Agência O DIA: E-mail: agencia@odia.com.br. Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265
Fax Diretoria: 2507-1038

Parque Gráfico: 3891-6000, Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfica Gerência Industrial: 3891-6002 Gerência de Circulação e Logística: 3891-6005
Preço de venda em banca: RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

Exemplares atrasados: Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações : Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfica, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

São Paulo: Avenida Irajá 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313

Brasília: Tel: (61) 9920-91891.

Promoções: promocoas@odia.com.br

Classificados: 2532-5000/2222-8652/2222-8653/2222-8654/2222-8655/2222-8656
- De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

Anúncios de Noticiário: 2222-8191 / 2222-8631 / 2222-8388. Anúncios para o Interior: 2222-8279 - Negociações com agência: 2222-8388 Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.
Editora O DIA LTDA. Rua dos Inválidos 198, 2º andar, Lapa- CEP: 20.231-048 - Rio de Janeiro - RJ.

O DIA é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).